



## Um ensaio da memória: Reflexões sobre a produção de cuidado e conhecimento em encontros na rua-lar\*

*Un ensayo de la memoria: Reflexiones sobre la producción del cuidado y conocimiento en encuentros en la calle-hogar*

*A Memory Essay: Reflections on the Production of Care and Knowledge in Encounters on the Street-Home*

Elis Jayane dos Santos Silva e

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil,  
ORCID <https://orcid.org/0009-0007-7189-686X>  
elisjayane@gmail.com

Simone Maria Hüning

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil,  
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8080-7733>  
simone.huning@ip.ufal.br

### Resumo

Discutiremos a produção de cuidado e conhecimento em encontros que cortam e colocam em primeiro plano corporeidades e afetividades. Na complexidade de caminhos percorridos em um serviço de saúde voltado para a população em situação de rua, o encontro com vidas violadas, sobretudo de mulheres negras, nos interroga e força uma política de escrita que permita o transbordo. A narrativa memorialística constitui, assim, uma ferramenta com função ao mesmo tempo epistemológica, ética e política que nos permite refletir sobre nosso presente, sobre alianças, lutas e insistências da vida, mesmo lá onde ela parece improvável. Apresentamos um ensaio teórico que coloca essas vidas em diálogo com o feminismo negro e interseccional e com a obra de Conceição Evaristo, para pensarmos nossas aproximações com as vidas nas ruas, seja quando buscamos produzir cuidado ou conhecimento. Trazendo para o texto a história de uma moradora da rua-lar, afirmamos a importância da interseccionalidade para análises e relações de cuidado que rompam com estruturas hierárquicas e individualistas ligadas ao patriarcado colonialista que atingem o território urbano, as políticas públicas e as formas de apropriação e inteligibilidade dos espaços e das vidas.

**Palavras-chave:** cuidado, conhecimento, população em situação de rua, narrativa memorialística, interseccionalidade.

## Resumen

Discutiremos la producción del cuidado y conocimiento en encuentros donde se instalan en primer plano las corporalidades y los afectos. Ello, en el contexto de la complejidad de caminos recorridos en un servicio de salud dirigido a la población en situación de calle, lo que implica el encuentro con vidas violadas, principalmente de mujeres negras, hecho que nos cuestiona y demanda una política de escritura que permita el desbordamiento. En este sentido, la narrativa memorialista constituye una herramienta que posee una función epistemológica, ética y política simultáneamente, permitiéndonos reflexionar sobre nuestro presente, las alianzas, las luchas y las insistencias de la vida, incluso donde esta pareciera ser improbable. A continuación, presentamos un ensayo teórico que pone estas vidas en diálogo con el feminismo negro e interseccional, junto con la obra de Conceição Evaristo, para poder pensar nuestras aproximaciones a las vidas en la calle, en tanto buscamos producir cuidado o conocimiento. Al incluir en el texto la historia de una mujer en situación de calle-hogar, afirmamos la importancia de la interseccionalidad para los análisis y las relaciones de cuidado que rompan con las estructuras jerárquicas e individualistas ligadas al patriarcado colonialista que afectan el territorio urbano, las políticas públicas y las formas de apropiación e inteligibilidad de los espacios y las vidas.

**Palabras clave:** cuidado, conocimiento, población en situación de calle, narrativa memorialista, interseccionalidad.

## Abstract

Our objective is to discuss the production of care and knowledge in encounters that put corporeality and affectivity in the foreground. In the context of a health service aimed at the homeless population, the encounter with violated lives, especially those of black women, questions us and forces us to write in ways that allow for overflow. Thus, the memorial narrative constitutes a tool that has an epistemological, ethical, and political function, which allows us to reflect upon the present, alliances, struggles, and the insistence of life, even where they seem unlikely to exist. We present a theoretical essay that places these lives in dialogue with black and intersectional feminism and the work of Conceição Evaristo so that we can rethink our approach to lives on the streets, whether to produce care or knowledge. By bringing the story of a woman who lives in a street home in this essay, we emphasize the importance of intersectionality when constructing analysis or caring relations that defy the hierarchical and individualistic structures linked to the colonialist patriarchy that affects urban territory, public policies and forms of appropriation and intelligibility of spaces and lives.

**Keywords:** care, knowledge, homeless population, memorial narrative, intersectionality.

## Introdução

Pelos caminhos que percorremos, tudo que temos para levar e que temos para deixar são memórias. Elas vêm emaranhadas e agarradas com tudo aquilo que vivemos e, costuradas nesse texto a fios de ferro, vão ganhando forma enquanto as manuseamos. Gostaríamos de compartilhá-las porque assim como Maria Nova, naquele livro que atravessa os becos da memória, carregamos amontoados de histórias que não cabem em um peito só (Evaristo, 2017). Compartilhamos também com a menina Sabela, entre leves enganos e parecenças (Evaristo, 2016) o receio de que a memória sufoque e se cale para sempre, transmutando-se em esquecimento. Esquecer não é tomado aqui como mera ação subjetiva, mas fundamentalmente como uma política que pode produzir apagamentos de existências, especialmente quando pensamos sobre populações e territórios vulnerabilizados e desprotegidos pelo Estado (Silva et al., 2021).

Le Goff (2012), em seus trabalhos, abordou a memória como espaço de disputas, revoltas e manipulações, sendo utilizada em coalizão com a conservação do poder de determinados grupos. Nesse sentido, o que irá nos interessar no fluir da memória apresentada nesta escrita é a evocação da práxis memorialística na produção de narrativas que confrontam a ideia de um passado e presente homogêneo, estável e exclusivo, que apaga contradições e diferenças e produz

uma única leitura acerca do mundo (Maringolo, 2014).

As formas como se decide registrar e narrar memórias são constitutivas de versões de mundo e performam aqui uma política que oferece chaves para a produção de sensibilidades e inteligibilidade sobre esse mundo e, neste caso, numa ruptura com perspectivas científicas hegemônicas. Fazemos coro às palavras de Conceição Evaristo: «escrevo sabendo que estou perseguindo uma sombra, um vestígio talvez. E como a memória é também vítima do esquecimento, invento, invento. Inventei» (Evaristo, 2009: s.p.). O conhecimento recusa, então, o lugar das luzes e, emergindo do circular nas sombras (Scisleski e Hüning, 2016) situa-se como ficção, de forma não oposta à realidade, mas como o que retoma sua complexidade e tenta trazê-la para os discursos acadêmicos.

Assim, invocar as chagas da memória como régua e compasso de uma escrita pressupõe um dinamismo do que se toma como o real de uma história. Lélia González nos ajuda a sustentar o uso do conceito que atua como um alicerce teórico, político e metodológico na escrita desse texto: a memória. Além de possibilitar o registro de narrativas subalternizadas, ela também permite a reelaboração de realidades e perspectivas: «a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência

da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção» (González, 2020: 78). Portanto, eventualmente, através da memória torna-se possível recompor um tecido — de lembranças — que foi afrouxado ao longo do tempo (Evaristo, 2009).

O ensaio apresentado aqui constitui um documento-memória vivo, de modo que não é possível dissociarmos dele um sentido mutável e político que se assenta na fronteira memorialística de sentidos diversos do mundo e de contextos de experimentação do viver. Sendo vivo não serão anulados, na experiência do corpo textual, o contato com as folhas, as frutas, o líquen, as águas, o vento, o fogo, o asfalto, as ruas, esgotos e todos os outros elementos que constelam o que Ailton Krenak propôs chamar de alianças afetivas, essa experiência de mundizar-se e se abrir para diferentes cosmovisões do mundo, potencializando sentidos e afetos, onde «todas as existências não podem ser a partir do enunciado do antropocentrismo que tudo marca, denomina, categoriza e dispõe — inclusive os outros, parecidos, que são considerados quase humanos» (Krenak, 2022: 43). Potencializar essa expressão de vida nos convida a repensar nossas relações com o mundo, a reconhecer nossa interdependência e a compartilhar estratégias que visem um benefício coletivo, de modo que se combata a hegemônica cultura do individualismo imperativa na sociedade neoliberal.

A cosmopercepção discutida pelo autor atenta para a necessidade de produzirmos relações ampliadas sobre

o conceito de terra, corpo, natureza, mar, rio, pedra, lagoa, vida, etcétera. «Passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a Humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que consigo pensar é natureza» (Krenak, 2019: 17). Portanto, será considerada a pluralidade das formas de vida que compomos e o contexto onde a pesquisa que inspirou esta escrita foi realizada. As alianças afetivas traçadas aqui configuram-se como um chamado para reconhecermos nossa responsabilidade em relação ao mundo e aos outros, buscando criar relações de cuidado que transcendam os limites impostos por estruturas hierárquicas e individualistas.

Ao refletir sobre o processo de trabalho e pesquisa junto a uma política pública de saúde voltada para a população em situação de rua, este artigo busca discutir, de forma interdisciplinar, a produção de cuidado e conhecimento em meio a acontecimentos que cortam e colocam em primeiro plano corporeidades e afetividades. Ele resulta, portanto, de problematizações que abordam simultaneamente a inserção profissional em contextos que expõem cotidianamente situações de exclusão e violação de direitos de grupos e pessoas subalternizadas e práticas de pesquisa em ciências humanas que buscam a produção de alianças e a construção de conhecimentos anticoloniais, como propõe o «Dossiê Corpos, territorialidades e hospitalidades: Agências e resistências na produção de vida e morte». Nos

encontros disparados pela inserção no Consultório na Rua (CnaR), por uma cidade marcada por experiências sensoriais, o contato com vidas violadas, sobretudo de mulheres negras, nos interroga e força uma política de escrita que permita o transbordo. A escrita memorialística se constitui, assim, como uma ferramenta com função ao mesmo tempo epistemológica, ética e política que nos permite refletir sobre nosso presente, sobre alianças, lutas e insistências de vida, até mesmo lá onde ela parece mais improvável.

A política de escrita adotada propõe-se a recompor temporalidades nos eventos rememorados e/ou produzidos. Logo, importa situar que o tempo será evocado a partir da conceituação apontada por Nei Lopes e Luiz Antônio Simas (2020), que abordam o conceito a partir de duas dimensões não excludentes entre si: a primeira está relacionada a fatos iminentes, que estão acontecendo ou acabaram de acontecer e a segunda diz sobre os acontecimentos passados que atravessam nossa narrativa atual. Ao evocar registros de um percurso anterior, em um tempo presente, compomos nossa narrativa memorialística que também se mescla com interlocuções em curso.

Não se trata, portanto, de fixar pontos de partida e linhas de chegada. Os movimentos que nos interessam surgem no hiato e não obedecem a padrões cronológicos de representação da temporalidade. Segundo Daniela Leão e Jaleila Menezes (2022), não há uniformidade na representação temporal porque cada sujeito vive

as experiências de acordo com os processos subjetivos, culturais, sociais e singulares que incidem sobre seus corpos e, portanto, irão produzir diferentes percepções a partir desse lugar. Andaremos como andava Ponciá Vicêncio, na escrita de Conceição Evaristo: como quem quer emendar um tempo ao outro, agarrando tudo, passado, presente e o que há de vir (Evaristo, 2017).

Apostar em uma produção científica a partir de memórias que escorrem e borram na escrita é arriscar um sinuoso cruzamento entre potência de vida, contrafeitiço, reza, mandinga, dança e luta contra os efeitos nocivos que o racismo, machismo, classismo, epistemicídio e tantas outras violências teimam em imprimir em histórias e corpos como esses em que existimos (Fernandes, 2022).

Em cosmopoéticas do refúgio, Dénètem Touam Bona (2020) disse que é especialmente por meio do ritmo que traçamos uma linha de fuga. Portanto, aqui, manteremos a cadência rítmica dos nossos corpos como tática. Trata-se de uma escrita em movimento onde é preciso ser receptiva, mergulhar, atentar-se aos sentidos, aos narizes que recebem cheiros, as mãos que sustentam o peso de alguns encontros, olhos que presenciam violações que rasgam a pele e ouvidos que, muitas vezes, são duramente atravessados por histórias para as quais não estávamos preparadas, para as quais gostaríamos de nunca precisar estar.

## Encontros na rua-lar

Muito do que compartilhamos aqui foi pensado a partir de encontros com pessoas, especificamente com mulheres negras, que ocupam, permanentemente ou temporariamente, pedaços da rua-lar, um lugar de migrantes e viajantes em que a noção de lar é constantemente negociada entre restrições e potências de existir (Silva, 2016). Esses encontros aconteceram entre 2019 e 2022, momento em que, além de vivermos uma pandemia (Covid-19), estivemos sob a ação de um governo que não só flertou com o fascismo, mas operou com ele.

Na rua-lar vivem homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosas e idosos, homossexuais, transexuais, profissionais do sexo, periféricas e periféricos, migrantes, pobres, matáveis, negras e negros. Gente desimportante para a imagética ideia de civilização. A rua-lar é composta por praças, mercados, bares, becos sem saneamento, sinais de trânsito, prédios abandonados, estacionamentos, bancas de feira, lixo, águas, odores, secreções, colchões, papelões estirados ao chão, profissionais de saúde, policiais, afetos, desafetos, pessoas, insetos, animais...

Nossa presença-circulação na rua-lar estava vinculada ao CnaR,<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Efetivamente, apenas a primeira autora deste artigo esteve vinculada ao serviço em um momento em que, simultaneamente, realizava sua pesquisa de mestrado discutindo esse cotidiano e suas problemáticas junto e sob orientação da segunda autora. Optamos, neste texto, por uma redação na terceira pessoa do

uma estratégia de atenção em saúde voltada para a população em situação de rua, instituída pela Política Nacional de Atenção Básica, em 2011, que faz abordagens interdisciplinares e intersetoriais a partir de equipes multiprofissionais. Na rua-lar realizávamos acompanhamento às usuárias e aos usuários que estão atualmente em situação de rua, com busca ativa; visitas àquelas e aqueles privados de liberdade; novos cadastros de quem ainda não era acompanhada ou acompanhado pela equipe; reuniões de matriciamento para discussão de algum caso particular e distribuição de suprimentos (como água, camisinha e gel lubrificante). As atividades coletivas como teatro, prática de esportes, oficinas de instrumentos de percussão, rodas de conversa, todas sustentadas na política de redução de danos, também preenchiam nosso cotidiano.

Além disso, dávamos suporte aos trâmites de usuárias e usuários que apresentavam emergência no tratamento e acompanhamento de questões relacionadas à saúde e à cidadania. Para tanto, seguíamos as

---

plural para todos os momentos em que essas experiências e memórias são partilhadas e permitem aqui uma escrita conjunta que reflita sobre essas experiências no âmbito da produção acadêmica, bem como aqueles em que enfatizam a presença da equipe nos espaços de produção de cuidado-conhecimento. Em momentos específicos e necessários, é mantida a voz enunciativa da primeira autora em primeira pessoa do singular, como na narrativa da história de Ana Manguaba, memória redigida por Elis Jayane dos Santos Silva.

diretrizes do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS), além de dialogar diretamente com o Sistema Único de Assistência Social brasileiro (SUAS). Intersetorialmente, promovíamos a articulação de demandas clínicas e os setores de encaminhamento (Unidades de Pronto Atendimento, Ambulatório Psiquiátrico, Centros de atenção Psicossocial, etcétera), ou na solicitação de documentos necessários para a garantia de direitos e benefícios nos serviços públicos (cartão SUS, registro geral, cadastro de pessoa física, certidão de nascimento, etcétera). Também era rotina acessarmos maternidades, cemitérios e institutos médicos legais. Assim, transitávamos do início da vida ao seu corte lascivo por tantas mortes, muitas de forma extremamente prematura.

No cotidiano do serviço havia a inflamada fissura de uma atuação que solicitava o corpo inteiro para jogo, condição que diariamente produziu sentimentos de alegria, dor, angústia, admiração, indignação e, algumas vezes, medo ao passo que éramos atravessadas pelas histórias de outras mulheres negras, migrantes, periféricas, jovens, velhas, mães, tias, filhas, netas, da praça, da lagoa, do bar, do mar, das ruas. Parte delas, assim como nós, vindas de outras cidades e que aqui seguiam produzindo dinâmicas de existências cambiantes para escapar de golpes, por vezes fatais, que miram nossas existências. Mulheres atendidas pelo serviço e que nos ofertaram, no encontro, rupturas e suturas entre nossas trajetórias e narrativas.

As ruas são frequentemente lidas como depósito de tudo o que há de mórbido e sem valor na sociedade. As pessoas que ocupam esses espaços são inerentemente tidas como violentas e/ou descartáveis (Cabral, 2020). São ruas-lares de pessoas-restos.<sup>2</sup> Teresa Caldeira, em um artigo publicado no ano de 1997 — e que se mantém atualizado —, traz um dado interessante sobre o fenômeno. De acordo com a autora, a organização de cidade estruturada a partir da expansão de enclaves fortificados, espaços de moradia protegidos por barreiras físicas que ofertam um mundo à parte do restante da cidade e das dinâmicas da esfera pública, pressupõe o abandono das ruas para os pobres, perigosos e sem-teto (Caldeira, 1997).

Ao refletirmos sobre isso, é pertinente também a colocação do jornalista brasileiro Pedro Borges (2018) sobre um movimento anterior que determinou a ocupação das ruas nas cidades brasileiras: o dia seguinte ao 13 de maio de 1888 deixou uma lesão permanente nas cidades do país com cicatrizes profundas que atingem nossos corpos até hoje.<sup>3</sup> Após a simbólica sentença de liberdade restou o desemprego, a fome, a morte, as instituições totais e as ruas.

Ailton Krenak, falando sobre o êxodo rural que também foi significativo para

---

2 A ideia de resto é trazida aqui do trabalho de Walter Benjamin (2006) e remete aquilo que produzimos como dispêndio, excesso e descarte. São essas vidas transformadas em excedentes descartáveis da cidade.

3 Dia em que foi promulgada a lei que declarava extinta a escravidão no Brasil.

a realidade com que nos deparamos nas cidades brasileiras, aponta que a urbanização tardia do país, entre 1960 e 1970, fez com que muitas pessoas saíssem de áreas de campo para dar espaço ao agronegócio. Enquanto isso, nas grandes cidades, essas pessoas eram e são confrontadas com a fome e o desabrigo. Em síntese, uma tecnologia estruturada para produzir pobreza: «a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre» (Krenak, 2022: 29).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em março de 2020, estimava-se que o número total de pessoas em situação de rua no Brasil era de aproximadamente 221.869 (IPEA, 2020). Os dados foram apresentados antes da pandemia eclodir factualmente, situação que terminantemente expandiu o número de pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras. No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população em situação de rua permaneceu fora da contagem (IBGE, 2022). A justificativa para tal é de que o censo coleta informações da população domiciliada, de modo que dinâmicas de habitação que tomam o espaço das ruas como moradia não são levadas em consideração.

A população em situação de rua se constitui em um grupo heterogêneo, caracterizado por extrema pobreza, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, bem como por

utilizar os logradouros públicos em ruínas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, além de unidades de acolhimento temporário para pernoite ou como moradia provisória (Brasil, 2009: 24).

Sem moradia e sem arranjo familiar tradicional, o grupo permanece relativamente invisível ao Estado. No que concerne à saúde, segurança e cidadania as pessoas em situação de rua ainda permanecem à margem do cuidado (e também da produção de conhecimento). Paradoxalmente, a visibilidade, às vezes, pode despontar como uma armadilha: «quando a polícia aparece ali, não é para proteger as pessoas: é para intimidá-las ou para mandar que se retirem, por estarem poluindo o ambiente com sua aparência e odor» (Cabral, 2020: 61).

Em nossos percursos, eventualmente o próprio serviço era intimado por forças policiais e a orientação era precisa e uniforme para todas e todos os profissionais. De um canto a outro da cidade onde o serviço alcança, a instrução era a mesma: se estivermos em campo e a polícia se aproximar, imediatamente encerramos o atendimento e voltamos para o carro, nos retirando do local. A medida foi pensada preconizando normas de segurança para a equipe, mas não por isso deixa de expressar a ação do racismo estrutural e o acordo de descarte dessas vidas. Enquanto saíamos relativamente protegidas e protegidos pela van identificada da prefeitura do município, moradoras e moradores da rua-lar permaneciam no

local expostas e expostos à violência, ou no mínimo aos riscos, da ação policial.

Desde 2008 existem regulamentações específicas e estratégias governamentais voltadas para o cuidado das pessoas que vivem nas ruas das cidades brasileiras (Brasil, 2008). No entanto, somente em 2012 essa responsabilidade pela prestação de cuidados de saúde a essa população foi atribuída integralmente ao SUS. Tal vinculação recente, e por vezes instável, mobiliza um esforço contínuo para produzir e validar ferramentas que alcancem a variedade de necessidades e circunstâncias individuais atreladas ao viver nas ruas. Sobretudo no que diz respeito às mulheres em situação de rua. Caroline Jorge e Ellen Cristina (2020) chamam a atenção para o fato de que as trajetórias das mulheres atendidas pelo CnaR são permeadas por experiências institucionais nos diversos dispositivos do SUS, do SUAS e do sistema judiciário, como se passassem a ser compreendidas como cidadãs somente a partir do ingresso nessas instituições, seja devido a doenças, vulnerabilização social ou atos infracionais. Contraditoriamente, essas mesmas mulheres carregam as marcas da ausência prévia dessas instituições que, a princípio, deveriam proteger seus direitos fundamentais, como o direito à infância, à saúde, à educação, a direitos sociais e acessos necessários para garantir condições efetivas que visam promover qualidade de vida e cidadania (Jorge e Cristina, 2020).

É este cenário, permeado por disputas de poder e complexas

dinâmicas de organização, que constitui a rua-lar. Sobre ela, o pulsar de nossas memórias não exerce uma função contemplativa, mesmo cientes de que as belezas e encantamentos do processo existem. É preciso situar que as lembranças evocadas e ficcionadas aqui reivindicam, sobretudo, um profundo incômodo com o estado das coisas (Duarte e Nunes, 2020).

Lançadas na rede teórica-conceitual-existencial que guiou nossa escrita, em aliança com um serviço de saúde vinculado ao SUS, CnaR, acessamos a dureza de mundos que não gostaríamos que existissem de tais modos e, a partir da escrita de alguns desses encontros sugerimos outras tramas possíveis para o conhecimento, o cuidado, a vida e a memória. Ondulamos por lugares enunciativos e temporais que dizem principalmente sobre a complexidade e a subversiva criatividade dos nossos corpos e existências no cotidiano de uma cidade rachada, onde algumas rotas devem ser feitas pelas beiradas e pelas sombras (Scisleski e Hüning, 2016). Ao fazê-lo, pensamos simultaneamente sobre nossas práticas de cuidado, nas equipes que percorrem as ruas, mas também em nossas políticas de pesquisa e escrita, aqui onde nos propomos a pensar esses mundos e produzir um conhecimento interseccional que contribua com políticas públicas cidadãs.

Desde os primeiros dias em que pisamos na rua-lar dessas pessoas, já nos primeiros encontros, estava posto que o conhecimento hegemônico, normativo e colonialista da academia e de espaços atravessados por

relações de poder semelhantes, com afirmações e análises represadas, que não seriam suficientes para garantir um cuidado que alcançasse as demandas convocadas ali. Na sinuosidade de existir entre polos que, por vezes, se esbarram em memoráveis colisões — como a da rua-lar com a universidade —, caminhamos junto com mulheres que vivem nas ruas, psicólogas, pesquisadoras e pesquisadores, estudantes, docentes — entre outras tantas e otros tantos profissionais e pessoas, que produzem movimentos síncronos a esse, sem tomar como ponto de partida mapas fixos ou certezas inquestionáveis.

Nesse complexo cenário, além de corpos marcados pela raça, classe e gênero, também trazíamos um sentimento de apreensão: o sujeito, um risco biológico em potencial, o encontro com o outro, possível vetor de uma patologia imprevisível (que eventualmente, também poderíamos ser nós), sempre mediado por luvas, máscaras, capotes, protetores de rosto e outros equipamentos de segurança. Mesmo quando compartilhando um espaço em comum, ainda que transitoriamente, nossa exposição não era a mesma, nem entre nós que assinamos esta escrita, nem entre aquelas que encontramos no percurso. Ao retornarmos para a universidade (após um longo período de atividades não presenciais em virtude da pandemia) dispostas a produzir conhecimentos vivos e significativos para e com essas vidas insistentes, precisamos inventar outras escritas que

contemplassem a intensidade daqueles encontros.

A primeira autora, mulher negra, trabalhadora do serviço de saúde e também pesquisadora, carregou suas memórias para a universidade e compartilhou com a segunda autora, acadêmica e pesquisadora branca que tem buscado a produção de um conhecimento feminista interseccional, produzindo com isso fissuras nos saberes instituídos e abrindo aí brechas para novas composições. As especificidades de nossas posições marcaram diferentes sensibilidades em relação a essas experiências, à elaboração dessas memórias e ao que se poderia fazer com elas. Encontramos, assim, na experiência de ensaiar uma escrita, um impulso ético e político que alavancou o desejo de ampliar o encontro, transbordando-o da rua-lar para a academia. Desse ímpeto, em meio ao cansaço, ao atropelo do cotidiano, aos automatismos acadêmicos, à urgência de resistir, à demanda de produtividade, de atendimentos, de relatórios e relatos, em meio à: «palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias» (Evaristo, 2005), percorremos por essas brechas como escrevedeiras que bordam nas folhas do papel memórias costuradas.

Levando em consideração os diferentes lugares ocupados por nós e por aquelas com quem encontramos na rua-lar, propomos uma escrita que acompanha o fluxo das fronteiras que se inscrevem nos nossos corpos (Silva et al., 2023):

duas mulheres, pesquisadoras no Sul Global, itinerantes entre cidades, ruas e fronteiras lançadas no movimento coletivo de tecer um conhecimento que se entrelaça com as memórias das mulheres-águas, em um gesto

semelhante a uma pesca de arrasto, na qual cenas, narrativas e histórias que circulam nas redes de cuidado e da produção de conhecimento são reunidas e reelaboradas em ensaios da memória.

## Um mergulho nas águas de Ana Manguaba

Enquanto aguardávamos uma consulta médica no pronto atendimento de urgência e emergência do Hospital Geral do Estado, Ana Manguaba<sup>4</sup> estava impaciente com a demora, com a espera, com a fome, com aquele lugar lotado, abarrotado de pessoas e seus algozes e cheiros e vozes e gritos. Em pé no corredor, encostada na parede, ela repetia me olhando fixamente: você não queria tanto saber? A pergunta em forma de resposta veio depois de relatar sua história familiar quando questionei se ela gostaria que comunicássemos a algum parente sobre sua atual condição de saúde.

---

4 Manguaba, popularmente tratada como lagoa, é uma laguna que compõe o complexo-estuário lagunar Mundaú-Manguaba, que beira o litoral do estado de Alagoas, no nordeste do Brasil. Ao mesmo tempo que ostenta grande beleza, é ameaçada por despejos de esgoto que colocam sua vida em perigo. As margens de suas águas salobras são frequentemente cenários do que aqui narramos. As mulheres que encontramos na rua-lar ganharam aqui o nome, o corpo e os contornos de Ana Manguaba, mulher-água, às vezes turva, às vezes límpida, que nos inunda e escorre pelas mãos. Essa escolha diz respeito à proposta de construir uma outra relação ética com a vida, em que o território e o espaço sejam elementos constituintes e não meros planos de fundo das análises apresentadas. O nome fictício também carrega uma confessa provocação estética que busca ampliar a grandiosidade do encontro.

Garibalda foi o apelido que recebeu na rua-lar. Justificava que, por ser comprida e desengonçada, haviam trocado Ana Manguaba por Garibalda e que não se importava que a chamassem assim, o que a incomodava mesmo era não ser chamada por nome nenhum. Uma vez confidenciou: eu achava bonito quando alguém ia lá buscar a pessoa, sabe? Mas ninguém nunca foi por mim. Depois que a mãe biológica decidiu que não queria criar a menina porque ela lembrava o vagabundo do pai — tinha nascido magrinha, esguia, comprida, com a pele meio lá meio cá, igual a dele —, foi a avó de Ana Manguaba quem assumiu a guarda legal. Quando Ana tinha cinco anos de idade, viu a avó entrar na ambulância, ser levada para o hospital e dali não voltou. Na casa ficaram Ana e o avô, que seis anos depois nem precisou de ambulância, de hospital ou qualquer outra medida de intervenção. Foi no meio da noite, durante o sono dos justos, que selou sua passagem.

De manhã, Ana corria pela vizinhança de uniforme e mochila nas costas sem saber quais rumos tomar. Ana Manguaba já era conhecedora dos traquejos da rua. No caminho da escola, eventualmente, se aventurava por locais onde adultos sempre repetiam:

aqui não é lugar para criança andar. Depois da morte do avô, não havia mais caminhos transitórios. Ana Manguaba vivia agora na rua-lar. Para dormir procurava permanecer em grupo ou em algum espaço furtivo que lhe parecesse seguro. Ela conhecia bem os segredos daqueles vãos. Quando tinha treze anos foi institucionalizada pela primeira vez. Novamente adultos diziam: aqui (na rua) não é lugar para criança estar.

Dos treze aos dezoito anos, Ana viveu em dois abrigos para menores de idade tutelados pelo Estado. Havia fugas e retornos constantes para a rua-lar, algumas vezes ela voltava para o abrigo por escolha. Bateu saudade da tia, era o que dizia. Em outros momentos, os olhos do Estado localizavam seu esconderijo e Ana, mais uma vez, era confinada junto com outras e outros jovens e suas infâncias quebradas.

No correr da última fuga sentiu saudades da tia, que era uma das funcionárias daquela instituição. Na tentativa de volta, deu de correr o tempo também. Ana Manguaba completou 18 anos e, dessa vez, diziam com palavras enfeitadas que agora seu lugar era oficialmente a rua-lar. Encontramos outras vezes, costuramos juntas retalhos de memórias. A nomeação dependia do contexto, da locutora ou locutor, e como ela costumava dizer, do estado de espírito que estivesse naquele dia. Em alguns dias era Ana Manguaba, em outras era Garibalda quem nos recebia. Eram tantos anos de passagem fixa por ali que sentia conhecer o território mais que a palma da mão.

Aquele era um grande espaço vazio na multidão da cidade, era um terreno sem construções que ao longo do tempo fora ganhando nos arredores mais e mais barracos. Primeiro vieram as moradias de lona. Agora, já havia construções comerciais de alvenaria. Muitos movimentos ocorriam por ali, alguns fixos, outros temporários. O espaço tinha regras particulares também. De um lado, o marcador era o álcool, do outro havia o crack. Os corpos se dividiam e algumas mulheres, como Garibalda, circulavam entre os dois cenários, ainda que habitassem o vão. Garibalda falava que era boa em viver na rua, mas que a rua nunca foi boa para ela.

A menina, Ana Manguaba, aprendeu que na rua para ganhar era preciso pedir. Pedia comida, roupa, sabonete, pasta de dente, etcétera. Uma vez me pediu um brinco, uma argolinha pequena prateada que eu tinha na orelha. Depois do brinco pediu o gelzinho, mas dessa vez o pedido tinha um tom de interesse diferente: tia, ainda tem daquele gelzinho? Catei alguns que encontrei na mochila e entreguei. Ela me devolveu palavras, disse que na noite anterior tinham pegado pesado demais, que os homens, às vezes, pareciam esquecer que ela também sentia tudo e protestava, ninguém merece sentir dor!

Nossos encontros costumavam acontecer no final do dia. A noite trazia consigo outras sutilezas. Garibalda, às vezes, se ocupava e não podia nos receber — culpa dos homens que esqueciam que ela sentia dor. O corpo-tutelado passou a assumir a função

de corpo-programa. Ana conhecia as ruas, os becos secretos, os carros abandonados em um terreno ali perto, só não conhecia os homens que surgiam na escuridão das noites. Eles eram tantos e tão diferentes. Alguns pareciam quebrados, tão quebrados que qualquer pessoa que olhasse com atenção notaria os pedaços ausentes. Outros de tão quebrados deixavam rachaduras nela também. Lembrava da rejeição da mãe biológica, da morte da avó, lembrava da tia, da fuga, dos lares que já havia passado, lembrava que ninguém havia ido ali buscar por ela e nisso lembrava do tempo também. A noite apontava os primeiros sinais de chegada, era hora de nos despedirmos: tchau, tia — Garibalda dizia. Eu e Garibalda tínhamos a mesma idade quando a conheci.

Um dia, recebemos uma ligação da Unidade de Pronto Atendimento que ficava no território, informando que Garibalda estava lá e que precisavam do suporte da equipe do Consultório na Rua para articular o cuidado com ela. Chegou sem documento, sem história, sem passado, sem palavra. Garibalda só gritava e gritava: eles vão me matar. Estava em surto psicótico, foi o que eles disseram. Entramos na enfermaria onde ela estava contida nos pés, nas mãos e na veia. No corpo, apenas uma bata hospitalar e não me olhava. As medicações haviam deixado sonolenta e com certa rigidez corporal. Perguntei de imediato como ela estava se sentindo, uma primeira tentativa desastrosa de desenvolver nossa comunicação. Depois perguntei

se ela lembrava de mim e Garibalda só confirmou com a cabeça que sim.

A orientação da unidade era que lá ela não poderia ficar. Dado que o quadro já estava estabilizado, iriam precisar liberar o leito. Aventuro-me novamente em tentar alguma comunicação. Garibalda só sussurra que está com fome. Desde a noite anterior havia ficado de estômago vazio, logo ela, para quem na rua não faltava o que comer. Acompanhei a alta de Garibalda. Não havia outro destino, a direção era a rua-lar. Enquanto caminhávamos uma do lado da outra em direção à van do serviço que faria o nosso transporte, ela, apoiada na minha mão confidencia: eles queriam me matar, me levaram para o canal, colocaram a arma na minha cabeça. Você sabe onde fica o canal, não é, tia? Sabe o que acontece lá? (!). Mas eu corri, gritei, espernei, entrei aqui, ali. Garibalda conhecia o segredo das ruas. E continuou: mas eu não quis contar para eles não. Jamais chamar a polícia, escavar o meu corpo, sondar minha fala, me encaminhar... eu não quero ir para lugar nenhum, só quero voltar para casa, na rua-lar.

Seguimos nos encontrando no fim da tarde, quase no final do meu expediente e início do dela. Na última conversa Ana me disse que estava ansiosa para o Natal. Gostava das luzes, das cores, dos sons, da cidade enfeitada. Às vezes, até passavam algumas pessoas fazendo doações de roupa e brinquedos para as crianças, mas que ela também gostava de pegar. Revelou que nessa época do ano a demanda pelo corpo-programa aumentava. Iria precisar de

mais gelzinho e camisinha. Os homens que provocavam dores não paravam de chegar. Sobre isso, ela justificava despretensiosamente: pois é, tia, deve ser o meu axé que é grande.

Caminhos de uma política de pesquisa por uma política de cuidado

Ana Manguaba, mulher negra, moradora da rua-lar, usuária do serviço de saúde voltado para essa população, nos recoloca a questão que é trazida por Françoise Vergès (2021) citando Elsa Dorlin, «que razões teriam as mulheres para confiar sua defesa ao Estado, “[uma vez que] ele é justo o responsável por armar aqueles que nos golpeiam?”» (Dorlin em Vergès, 2021: 77). Mesmo sem ter acessado a universidade, lá da rua-lar, ela nos provoca a pensar sobre a importância de produzirmos interseccionalmente relações de cuidado, encontro e produção de conhecimento que rompam com as estruturas hierárquicas e individualistas ligadas ao patriarcado colonialista — suas certezas e moralismos — que atingem o território urbano, as políticas públicas e as formas de apropriação e inteligibilidade dos espaços e das vidas. Afinal, não queremos tanto saber?

Como apontado por Audre Lorde (2019), mulheres como Ana Manguaba ou Garibalda estão fora do que a sociedade define como mulheres-aceitáveis. São aquelas que foram moldadas nos caldeirões da diferença, as que são pobres, prostitutas, negras, idosas, de rua. Mulheres que enfrentam violências relacionadas ao gênero, à raça, à sexualidade e à classe social. A interseccionalidade atua aqui como

um analisador fundamental, sobretudo porque comporta um sentido político na medida que sugere a «descolonização do conhecimento pela descolonização da metodologia» (Collins e Bilge, 2021: 123). A interseccionalidade, nesse sentido, não exerce somente o lugar de um método para produzir análises de pesquisa sobre determinadas situações, mas é também um importante dispositivo político e uma resposta teórico-metodológica às opressões de raça, gênero, classe, território, entre outras, que atingem mulheres negras, nos ajudando a identificá-las e enfrentá-las, considerando principalmente que nós não constituímos um bloco homogêneo com características imutáveis e fixas.

É com essa força de ruptura com as metodologias de cuidado e produção de conhecimento colonizadas que o conceito de interseccionalidade nos conduz ao encontro da escrita memorialística a que recorremos para trazer a complexidade da vida a este texto. É explícita nossa inspiração na obra da escritora Conceição Evaristo, que em seus contos ficciona vidas reais e evidencia que a «memória é um caminho para a recriação/ reinvenção de um passado que ocupa um espaço vazio, deixado pela ausência de informações históricas sobre a ancestralidade das populações afro-brasileiras» (Santos et al., s.d.). Sandy H. de Lima Cavalcante Santos, Simone Maria Hüning e Aline Kelly da Silva discutem como a autora, mesmo de fora deste campo de saber, contribui para a produção de uma psicologia encarnada e interseccional.

O diálogo que estabelecemos aqui com a literatura de Conceição Evaristo, percorrendo «becos da memória» é o que nos possibilita situar tessituras de corpos-territórios-memórias de modo a interrogar a colonialidade brancocêntrica dos conhecimentos e das práticas nas políticas públicas. Exercitamos «uma produção de resistência que toma a narração, a experiência e a proposição ficcional e literária como aspecto de enfrentamento de uma objetividade sobre vidas em territórios vulneráveis» (Silva et al., 2021: 93).

Enfatizamos aqui o conceito de interseccionalidade porque acreditamos que a produção de conhecimento não pode ser separada da prática profissional. Nesse sentido, é urgente rompermos com a dicotomia teoria e prática e sustentar a utilização da interseccionalidade como ferramenta de análise e práxis crítica voltada também para discussões das políticas públicas de saúde, assistência, moradia, segurança e de outros setores e serviços que percorremos. Carla Akotirene (2019) demarca a interseccionalidade como um paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, que promove intervenções políticas e análises ampliadas sobre como condições estruturais como o racismo, o sexismo e a violência se sobrepõem, discriminam e produzem condições singulares às mulheres negras.

A interseccionalidade ampara, assim, uma perspectiva também ética que busca expor e combater as consequências da interação entre dois

ou mais eixos de opressão estruturais — racismo, sexismo, classismo e outros — que compõem a história que compartilhamos e tantas outras. A força do conceito se expressa justamente por preconizar uma análise em conjunto com uma ação prática. Logo pensar políticas públicas — sejam elas de saúde, cidadania, segurança, educação — sem considerar a diversidade de fios e, portanto, a particularidade de demandas que atravessam as vidas das pessoas usuárias desses dispositivos, não alcançaria a complexidade do cenário e nem seria suficiente para enfrentar as múltiplas formas de discriminação que ditam posições subalternas para esses corpos na cidade.

O caráter político que escritas como as narrativas memorialísticas podem assumir, agregam aos debates acadêmicos uma espécie de depoimento sobre a vida real, uma denúncia das violências ligadas à colonialidade patriarcal (Santos et al., s.d.) que persiste no cotidiano da rua-lar, mas também âmbito das políticas de cuidado-produção de conhecimento. Mais uma vez, a força encontrada nas obras de Conceição Evaristo reverbera na busca por formas de encontro e escrita que façam pulsar a vida com suas complexidades, contradições, dores, cores, cheiros, alegrias, mandingas e transbordos. Atrelado ao conceito de interseccionalidade, a constituição e escrita dessas memórias em textos acadêmicos, como ferramenta metodológica e analítica, e como práxis política, torna possível construir uma

discussão que aborda os diferentes aspectos que atravessam a vida de mulheres negras em situação de rua. Elas provocam afetos e sensibilidades com potencial de transformações das condições de precariedade e precarização das vidas nesses espaços onde usualmente impera uma política de esquecimento das vidas em ruína (Silva et al., 2021).

Compor uma narrativa memorialística com histórias sentidas na pele quando o corpo entra em contato com o mundo, nos movimenta entre a capacidade de sentir e de provocar sensações. Para Sara Ahmed (2022) a sensação, a sensibilidade, é o que primeiro nos permite sentir injustiças e violências. Essas memórias tentam trazer a intensidade dolorosa, por vezes quase insuportável, do encontro de nossos corpos na rua-lar. Assim como escreveu Lélia González,

Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam numa renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (González, 2020: 74)

Ao percorrermos essa outra razão, entendemos que só podemos ocupar essas páginas como uma responsabilidade para com aquelas que tiveram arrancados seu direito de estar aqui. No compromisso com as mulheres-água que diariamente nos ensinaram e ainda ensinam sobre a importância de reconstruir sonhos,

desejos e memórias. Nesta escrita, registramos também uma espécie de denúncia sobre o intolerável: o racismo, a violência de gênero, a fome, a barbárie policial, a necropolítica e seus efeitos, a segregação e o abandono das vidas na cidade.

Do mergulho na história de Ana Manguaba, emergimos nos interrogando sobre como poderíamos pensar em políticas de cuidado-conhecimento em tais contextos e circunstâncias. As memórias desse encontro não apontam apenas para distanciamentos entre os conhecimentos e práticas das políticas de saúde, assistência, segurança e essas vidas, mas para o longo caminho que precisamos percorrer para conseguir nos conectar com elas: a necessidade de entrarmos na rua-lar com toda a disponibilidade de nossos sentidos para acessar seus cheiros, sons, gostos, toques, paisagens. Seríamos capazes de, a partir de lugares tão distintos, como corpos-visitantes — por vezes tão iguais e outras tão diferentes —, produzir cuidado-conhecimento?

Sabemos que é esperado que aqui, desde nosso lugar acadêmico, conseguíssemos encerrar respondendo objetivamente a essas questões, que o conhecimento pudesse oferecer prontamente as respostas para um problema tão grave e urgente. Mas, talvez, nossa única resposta possível seja a recusa ao esquecimento e ao silenciamento imposto a essas vidas. Sugerimos, então, que colher e narrar histórias numa perspectiva memorialística e interseccional seja em si uma ferramenta com a qual

possamos dismantelar violências, inclusive aquelas que produzimos em nome do ordenamento discursivo da ciência. Encharcadas pelas vidas das mulheres-água, ensaiamos, hesitamos e provocamos o que a colonialidade nos impôs: pelos encontros sensíveis buscamos combater a dureza no cuidado-conhecimento das vidas violadas. Nos colocamos em transformação e tentamos também «ser água e viver essa incrível potência que ela tem de tomar diferentes caminhos [...] sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade de mudar de rumo, ou estaremos perdidos» (Krenak, 2022: 14).

As mulheres-água, em seus percursos por caminhos errantes, não estão passíveis a capturas em represas das instituições e saberes coloniais, que tantas vezes fazem questão de expulsá-las. Como as múltiplas águas que, circundam, molham e escorrem pelas ruas das cidades, há dias em que transbordam, dias em que escasseiam, dias em que estão doces, noutros salgadas, dias em que limpam e outros em que cheiram forte denunciando e devolvendo os dejetos despejados sobre elas. Pensar o cuidado e o conhecimento nesses fluxos cambiantes demanda atenção com o que se joga nessas águas: racismo, sexismo, negligências com a infância, desprezo com a pobreza... e depois se tenta esconder com obras de canalização para fazer desaparecer os restos da cidade, que matam e extinguem cursos e corpos d'água naturais — mas que sempre acabam por transbordar quando se avolumam as águas.

Para seguir caminhos com as mulheres-água, colocamos também nossos próprios corpos em jogo (corpos marcados pelo gênero, raça, sexualidade, classe...), pensando nossas existências e aquilo que nos aproxima e distancia dessas mulheres. Tentamos nos livrar das amarras que o colonialismo patriarcal nos impôs, revendo nossas políticas fragmentadas de cuidado e produção de conhecimento. Estas podem e devem estar intrinsecamente articuladas, mas precisam também considerar que não se consegue, apenas pontualmente, conter ou reverter a força da água quando ela sucumbe ou transborda devolvendo as violências sistêmicas que recebeu. A desproteção, a negligência e as agressões ao longo de uma vida não caberão ou poderão ser tratadas se não pensarmos de modo interseccional, colocando em análise as relações de poder e marcadores de diferença que permitem ou tolhem existências. Tampouco serão mudadas se não nos transformamos eticamente e não pensarmos nossos lugares na constituição dessas relações para além daquilo que nos propomos de nossos lugares acadêmicos, mesmo que contra hegemônicos. Se queremos tanto saber, precisamos ser capazes de sentir, suportar, efetivamente acolher e mais do que visitar, habitar um espaço em comum. A construção das memórias dos encontros com as mulheres-água na rua-lar pode ser um caminho para isso, que convoca à sensibilidade e denuncia: a rua não é o único ou pior problema e aqueles que se propõem a proteger também podem ferir.

## Bibliografia

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (Trad. S. Carneiro). Pólen.
- Ahmed, S. (2022). *Viver uma vida feminista*. Ubu.
- Benjamin, W. (2006). *Passagens* (Trad. I. Aron e C.P.B. Mourão). Universidade Federal de Minas Gerais e Imprensa Oficial de São Paulo.
- Bona, D.T. (2020). *Cosmopoéticas do refúgio* (Trad. M.P. Duchiede). Cultura e Bárbarie.
- Borges, P. (2018). *População em situação de rua e o interminável 14 de Maio, o dia pós-abolição*. Alma Preta.
- Brasil (2009). *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Ministério da Saúde.
- Cabral, R.J. (2020). *Territórios e escritivências do e sobre o corpo de mulheres negras*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas.
- Caldeira, T.P. do R. (1997). Enclaves fortificados: A nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, 47, 155-176.
- Collins, P.H. e Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Duarte, C.L. e Nunes, I.R. (2020). *Escritivência. A escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Mina Comunicação e Arte.
- Evaristo, C. (2005). Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. *Revista Z Cultural – do Programa Avançado de Cultura Contemporânea*. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos-lugares-de-nascimento-de-minha-escrita/>
- \_\_\_\_\_. (2009). *Conceição Evaristo por Conceição Evaristo*. Em *I Colóquio de Escritoras Mineiras*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Histórias de leves enganos e parecenças*. Malê.
- \_\_\_\_\_. (2017). *Becos da memória*. 3.<sup>a</sup> ed. Pallas.
- Fernandes, B.E. (2022). *Maripousar: Linhas e rotas da investigação de uma poética mestiça biomitográfica*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais.
- González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Zahar.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo Demográfico 2022*. IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2020). *Nota técnica nº 73. Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Setembro de 2012 a março de 2020.
- Jorge, C.F. e Cristina, É. (2020). Mulheres em situação de rua. *Revista de Psicologia da UNESP*, 19(número especial), 81-102.  
<http://dx.doi.org/10.5935/1984-9044.20200014>
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2022). *Futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Le Goff, J. (2012). *História e memória* (Trad. I. Ferreira, B. Leitão e S.F. Borges). 6.<sup>a</sup> ed. Unicamp.
- Leão, D.S. de S. e Menezes, J. de A. (2022). Em busca do funk perdido: Entre memórias, escritas e afetos. Em L.E. Moreira, S.M. Hüning e L. Parra-Valencia (Orgs.), *Políticas de pesquisa em Psicologia precarizações, incertezas e intersecções* (pp. 129-145). ABRAPSO.
- Lopes, N. e Simas, L.A. (2020). *Filosofias africanas: Uma introdução*. José Olympio.
- Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider*. Autêntica.
- Maringolo, C.C.B. (2014). *Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo: construindo histórias por meio de retalhos de memória*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Santos, S.H. de L.C, Hüning, S.M. e Silva, A.K. (s.d.). Interpelações e reverberações da literatura de Conceição Evaristo para uma psicologia encarnada. Em E.A. Oliveira e C.N. Sathler (Orgs.), *“Por entre sangue, pus e suor”: Nas tessituras de uma psicologia encarnada*. Devires.
- Scisleski, A.C.C. e Hüning, S.M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27.  
<https://doi.org/10.22456/2238-152X.61374>
- Silva, A.K., Silva, E.J.S. e Hüning, S.M. (2023). Pesquisar e racializar-se em um chão de memórias nordestinas. Em L. Batista (Org.), *Por um Nordeste desdobrado: veredas e devires da pesquisa em psicologia*. EDUFAL.
- Silva, D.A. (2016). Casa, lar. Em S. Coser (Org.), *Viagens, deslocamentos, espaços: conceitos críticos* (pp. 34-41). EDUFES.
- Silva, W.N. da, Guareschi, N. e Hüning, S. (2021). Entre guerras y ruinas: Una política de memoria en las ciudades. *Revista Estudios Avanzados*, 35, 83-94. <https://doi.org/10.35588/estudav.v0i35.5327>
- Vergès, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção*. Ubu.